



Ministério da Educação  
Esplanada dos Ministérios - Bloco L, Anexo II - 2º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900  
Telefone: 2022-7103 e - <http://www.mec.gov.br>

## PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.017134/2020-17

### DISPENSA DE LICITAÇÃO

#### 1. OBJETO

1.1. Aquisição de rotuladores eletrônicos de mesa e fitas laminadas para a identificação dos bens do Ministério da Educação, conforme os termos e especificações constantes deste Projeto Básico e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ROTULADOR ELETRÔNICO DE MESA PARA ETIQUETAS LAMINADAS DE ALTA RESISTÊNCIA - IMPRESSÃO POR TRANSFERÊNCIA TÉRMICA EM FITA LAMINADA ADESIVA DE ALTA RESISTÊNCIA.  - Acompanhado de software para design e impressão de etiquetas com código de barras, imagens e textos. - Software compatível com sistemas: Windows 7, 8, 8.1 e 10 ou versão superior. - Conexão em rede cabeada (ethernet) e wireless. - Resolução de 360x720 DPI, ou superior. - Compatível com fitas: alta qualidade, adesivo padrão, adesivo extra-forte, flexível ID, inviolável. - Compatível com fitas tamanho: 6mm, 9mm, 12mm, 18mm, 24mm e 36mm. - Velocidade de 80 milímetros por segundo ou superior. - Fonte de energia: adaptador de energia. - Voltagem: bivolt.	32905	unidade	02	R\$3.255,67	R\$6.511,34
2	CARTUCHO DE FITA LAMINADA INDICADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE PATRIMÔNIO, COM ADESIVO EXTRA-FORTE, PARA ROTULADOR ELETRÔNICO DE MESA.  - Largura: 18 milímetros. - Comprimento: 8 metros. - Cor de impressão: preta. - Cor da fita: branca. - Resistente a fatores extremos como: calor, frio, água, química, altas temperaturas e desdobramento. - Separador de adesivo. - Cartucho e fita devem ser compatíveis com o rotulador objeto deste Projeto Básico.	356700	unidade	50	R\$106,33	R\$5.316,63

1.2. O contrato será substituído pela Nota de Empenho.

1.3. São partes integrantes deste Projeto Básico:

- Encarte “A” – Modelo de Proposta de Preços;
- Encarte “B” – Modelo Termo de Recebimento Provisório; e
- Encarte “C” – Modelo Termo de Recebimento Definitivo.

#### 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A modernização da Administração Pública, de forma geral, busca a estruturação de um modelo de gestão que possa alcançar a eficiência dos resultados. Para tanto, apresenta-se a necessidade de constante aperfeiçoamento dos gastos públicos e de melhorias na estrutura organizacional do governo.

2.2. Como aliada à gestão e ao controle patrimonial, foi publicada a Portaria nº 385, de 28 de novembro de 2018 (1366988), que instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - SIADS, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal. Sendo estabelecido o prazo de até um ano, contado da data de sua publicação, para implantação nos órgãos da administração direta, conforme disposições contidas no inciso I, § 1º do artigo 9º, da referida portaria.

2.2.1. A título de informação, importa mencionar que em 3 de junho de 2020 foi publicada a [Portaria nº 232](#), de 2 de junho de 2020, que a partir de 1º de julho de 2020 substituirá a Portaria nº 385, de 28 de novembro de 2018, sem que haja impacto na aquisição em tela.

2.3. Este Ministério da Educação (MEC), seguindo o rito da Portaria nº 385/2019, iniciou a implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) em 28 novembro de 2019, após a liberação do sistema pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), visto que o módulo para atendimento ao Ministério necessitava, à época, de limpeza na base de dados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

2.4. Para que a migração de dados do Sistema de Administração de Patrimônio (SAP) para o SIADS seja realizada a contento, por meio do Processo 23000.013325/2020-18, este Ministério iniciou o processo de contratação de empresa especializada na prestação de serviços, envolvendo atividades técnicas e operacionais, para realização de inventário do ativo imobilizado que constitui o acervo patrimonial do Ministério da Educação, visando à atualização da base de dados, avaliação dos bens, regularização das pendências identificadas, conciliação de dados registrados no sistema de Administração de Patrimônio (SAP) e no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), bem como a migração de dados para o Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS).

2.5. Contudo, como pode ser verificado nos Estudos Preliminares (2050388) na contratação acima citada não há possibilidade de aquisição dos rotuladores - objeto deste projeto básico - visto tratar-se de contratação exclusiva para serviços de terceiros, pessoa jurídica, não contemplando à aquisição de bens patrimoniais.

2.6. Ocorre ainda a inviabilidade de inclusão dos itens contemplados neste Projeto Básico no Pregão nº 15/2020, constante do Processo 23000.001655/2020-52, o qual já se encontra em andamento, que está selecionando propostas pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), para eventual aquisição de material permanente (mobiliário e equipamentos) para atendimento às unidades administrativas do Ministério da Educação.

2.7. Assim, tendo em vista o uso do SIADS, assim como a correta e adequada manutenção das rotinas de serviços do patrimônio, observa-se a necessidade da aquisição de equipamentos capazes de imprimir as etiquetas patrimoniais apropriadas ao novo Sistema.

2.8. **Da dispensa de licitação.**

2.8.1. A aquisição de que trata este Projeto Básico será realizada por meio de Dispensa de Licitação em razão do valor, com amparo legal no Inciso II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

2.9. **Dos critérios de seleção das propostas.**

- 2.9.1. Será selecionada empresa pelo critério de menor preço por item.
- 2.9.2. O preço deverá considerar todos os custos diretos e indiretos, (taxas, impostos, fretes, etc.).
- 2.9.3. As empresas deverão apresentar Planilha devidamente preenchida, conforme modelo Encarte “A”.
- 2.9.4. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico.

3. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. A natureza do objeto deste Projeto Básico, dadas suas características, enquadra-se como bens comuns de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/19, haja vista os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas serem as usuais do mercado e passíveis de descrições objetivas.

4. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 4.1. O recebimento do objeto deste Projeto Básico se dará conforme o disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93.
- 4.2. Os materiais deverão ser entregues às expensas do fornecedor, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste Projeto Básico na Proposta Comercial.
- 4.3. Os materiais deverão ser fornecidos por demanda e somente após a emissão de Ordem de Fornecimento por parte do MEC, acompanhada da respectiva Nota de Empenho.
- 4.4. O prazo de entrega dos materiais será de até 20 (vinte) dias a contar do recebimento da Nota de Empenho, no horário das 8h às 12h e das 14h às 16h, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas na proposta comercial e neste Projeto Básico, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios Bl. L, Anexo I, sala 14, Zona Cívico-Administrativa, Brasília—DF.
  - 4.4.1. O prazo de que trata o subitem anterior poderá, excepcionalmente, ser prorrogado mediante justificativa apresentada pelo fornecedor, aprovada pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos.
  - 4.4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo fiscal nomeado pela Administração, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.
  - 4.4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação pelo fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis
    - 4.4.3.1. Caso a substituição não ocorra em até 10 (dez) dias, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará a empresa incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei.
- 4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
  - 4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere ao subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.
- 4.7. Os Encartes “B” e “C” especificam modelos para os recebimentos do tipo provisório e definitivo.

5. **DA GARANTIA DOS BENS**

- 5.1. O prazo de garantia dos bens é de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o MEC.
- 5.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos equipamentos pelo próprio fornecedor, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do móvel ou equipamento.
- 5.6. Uma vez notificada, o fornecedor realizará a reparação ou substituição dos equipamentos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo fornecedor ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do fornecedor, aceita pelo MEC.

- 5.8. Na hipótese do subitem acima, o fornecedor deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo MEC, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do MEC ou a apresentação de justificativas pelo fornecedor, fica o MEC autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do fornecedor o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do fornecedor.
6. OBRIGAÇÕES MEC
- 6.1. São obrigações do MEC:
- 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos;
- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. comunicar ao Fornecedor, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Fornecedor;
- 6.1.5. atestar nas notas fiscais/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite.
- 6.1.6. efetuar o pagamento ao Fornecedor do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico e seus anexos;
- 6.1.7. aplicar as sanções regulamentares e contratuais, se necessário.
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
7. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
- 7.1. O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes neste Projeto Básico, em seus anexos e em sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições de conservação/limpeza, adequados ao uso imediato e em consonância com as normas de segurança estabelecidas em legislação própria, conforme especificações, prazo e local constantes neste Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;
- 7.1.1.1. O equipamento deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. comunicar ao MEC, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. manter, durante toda a execução do objeto deste Projeto Básico, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na apresentação da proposta;
- 7.1.6. cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas.
- 7.1.7. Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais vendidos, bem como pelo custo de frete, na entrega, e demais custos inerentes ao fornecimento; e, ainda, apresentar os documentos fiscais do produto em conformidade com a legislação vigente.
8. DA SUBCONTRATAÇÃO
- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto do presente Projeto Básico.
9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
- 9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
10. DO PAGAMENTO
- 10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo fornecedor.
- 10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o MEC atestar a execução do objeto deste Projeto Básico.
- 10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 10.3.1. Constatando-se, no SICAF, a situação de irregularidade do Fornecedor, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o Fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o MEC.
- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6. Antes do pagamento ao Fornecedor, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.
- 10.7. Constatando-se, no SICAF, a situação de irregularidade do Fornecedor, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação justificada, a critério do MEC.
- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e à cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o MEC deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10. Persistindo a irregularidade, o MEC deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Fornecedor a ampla defesa.
- 10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Fornecedor não regularize sua situação no SICAF.
- 10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.13. O Fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 10.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo MEC, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\left( \frac{6}{100} \right) \cdot \frac{1}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	--	--

## 11. DO REAJUSTE

- 11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

## 12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

## 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Com fundamento na Portaria MEC nº 120/2016, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico e demais cominações legais o Fornecedor que:
- apresentar documentação falsa;
  - ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - falhar ou fraudar na execução do objeto;
  - deixar de entregar a documentação exigida no Projeto Básico;
  - não manter a proposta e não retirar a nota de empenho;
  - comportar-se de modo inidôneo;
  - fizer declaração falsa;
  - cometer fraude fiscal; ou
  - incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.
- 13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Projeto Básico, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- 13.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o Fornecedor deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico e das demais cominações legais.
- 13.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à empresa.
- 13.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao Fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor ficará sujeito, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- advertência;
- multa de:
  - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;
  - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do MEC, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
  - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
  - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
  - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato/nota de empenho.
- Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).
- As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

13.7. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.8. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

14.1. O custo estimado da aquisição é de R\$ 11.827,96 (onze mil, oitocentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos).

#### 15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A despesa decorrente da presente aquisição correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o MEC no exercício de 2020, no Programa de Trabalho/PTRES determinado pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/SE/MEC, que serão empenhados, nos termos da lei.

#### 16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

16.1. A aquisição objeto desta contratação obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber;

16.2. O Fornecedor deverá observar, no que couber:

I - o art. 6º da Instrução Normativa/SLI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

II - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

16.3. Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

#### 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Dúvidas na interpretação deste Projeto Básico poderão ser esclarecidas pelo endereço eletrônico [patrimonio@mec.gov.br](mailto:patrimonio@mec.gov.br), subsidiadas pela área técnica.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício de Almeida Souza, Servidor(a)**, em 09/07/2020, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Waleska Resende Gonçalves, Coordenador(a)**, em 09/07/2020, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.

Documento assinado eletronicamente por **Carla Maciel Damasceno, Coordenador(a) Geral**, em 09/07/2020, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2142213** e o código CRC **BFF4CA4B**.

**Encarte "A"**  
**Modelo de proposta de preços**

Nome da empresa:

CNPJ:

Responsável pela empresa:

E-mail:

Telefone comercial:

Celular:

Endereço da empresa:

**OBJETO:** Aquisição de rotuladores eletrônicos de mesa e fitas laminadas para a identificação dos bens do Ministério da Educação, conforme os termos e especificações constantes deste Projeto Básico e seus anexos.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
	1	ROTULADOR ELETRÔNICO DE MESA PARA ETIQUETAS LAMINADAS DE ALTA RESISTÊNCIA - IMPRESSÃO POR TRANSFERÊNCIA TÉRMICA EM FITA LAMINADA ADESIVA DE ALTA RESISTÊNCIA.  - Acompanhado de software para design e impressão de etiquetas com código de barras, imagens e textos. - Software compatível com sistemas: Windows 7, 8, 8.1 e 10 ou versão superior; Conexão em rede cabeada (ethernet) e wireless; - Resolução de 360x720 DPI, ou superior. - Compatível com fitas: alta qualidade, adesivo padrão, adesivo extra-forte, flexível ID, inviolável. - Compatível com fitas tamanho: 6mm, 9mm, 12mm, 18mm, 24mm e 36mm. - Velocidade de 80 milímetros por segundo ou superior; - Fonte de energia: adaptador de energia - Voltagem: bivolt	unidade	02		
	2	CARTUCHO DE FITA LAMINADA INDICADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE PATRIMÔNIO, COM ADESIVO EXTRA-FORTE, PARA ROTULADOR ELETRÔNICO DE MESA.  - largura: 18 milímetros - comprimento: 8 metros. - cor de impressão: preta; - cor da fita: branca; - resistente a fatores extremos como: calor, frio, água, química, altas temperaturas e desdobramento; - separador de adesivo; - cartucho e fita devem ser compatíveis com o rotulador objeto deste Projeto Básico.	unidade	50		
	<b>Valor Total</b>					

**Obs.:**

1. Nos valores acima estão compreendidos além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, fretes quaisquer despesas de responsabilidade do proponente, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas no edital e seus anexos.
2. Declaramos estar de acordo com todas as condições estipuladas no Projeto Básico e seus anexos.
3. Conforme súmula TCU 254/2010 o IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, não devem constar da composição de preços.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Validade da proposta: \_\_/\_\_/\_\_\_\_ Data da Proposta: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal pela empresa  
**Carimbo (ou dados de identificação)**

**Encarte "B"**  
**Termo de Recebimento Provisório**

**OBJETO:** Aquisição de rotuladores eletrônicos de mesa e fitas laminadas para a identificação dos bens do Ministério da Educação, conforme os termos e especificações constantes deste Projeto Básico e seus anexos.

Nos termos Cotação Eletrônica nº ...../20\_\_\_\_ , Processo nº 23000.017134/2020-17, Nota de Empenho n.º ....., Ordem de Fornecimento nº ..... e da Portaria de Fiscalização nº ...../20\_\_\_\_, emitimos o presente Termo de Recebimento Provisório, discriminados na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas neste Projeto Básico, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

De acordo,

\_\_\_\_\_  
Fiscal MEC

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa

**Encarte “C” –  
Termo de Recebimento Definitivo**

**OBJETO:** Aquisição de rotuladores eletrônicos de mesa e fitas laminadas para a identificação dos bens do Ministério da Educação, conforme os termos e especificações constantes deste Projeto Básico e seus anexos.

Nos termos da Cotação Eletrônica nº ....., Processo nº 23000.017134/2020-17, Nota de Empenho n.º ....., Ordem de Fornecimento nº ..... e da Portaria de Fiscalização nº ...../20, emitimos o presente Termo de Recebimento Definitivo, discriminados na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas neste Projeto Básico, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

Brasília, .... de ..... de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Fiscal MEC

De acordo,

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa